



Capital Social como mecanismo para melhorias nas formas de atuação de Cooperativas de Produtores Rurais

Elisabeth Oliveira Andrade¹
Francisca Souza de Lucena Gomes²
Gesinaldo Ataíde Cândido³

Resumo

Entre as possíveis relações que podem ser estabelecidas quando se estuda o capital social, é dada ênfase para a viabilização que este detém no processo de formação e consolidação de cooperativas, podendo contribuir para a melhor atuação dos diferentes atores envolvidos. Neste sentido, este artigo tem o objetivo de verificar como o capital social contribui para melhor articulação entre os atores sociais, econômicos e institucionais participantes da Cooperativa dos Fruticultores de Natuba e Região - COOPAVAN, localizada no município de Natuba - PB. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, utilizando modelo de capital social proposto por Uphoff (2000), o qual se subdivide em estrutural e cognitivo. Paralelamente, foram criados critérios de análise com base na literatura, de modo a facilitar o processo de avaliação. Os resultados evidenciaram o quanto

Recebimento: 6/4/2011 • Aceite: 1/7/2011

¹ Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba, Brasil. Pesquisadora no Grupo de Estudos em Gestão, Inovação e Tecnologia (GEGIT). E-mail: bethoandrade@gmail.com

² Especialista em Análise Ambiental no Ensino da Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (2002). Aluna Especial do Mestrado em Ciências Sociais (UFCG), Paraíba, Brasil.

³ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Professor Titular em Administração Geral da Universidade Federal de Campina Grande. End: Rua Aprigio Veloso, 882, Bairro Universitário, Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: gesinaldo@pq.cnpq.br

o capital social vem contribuindo com o fortalecimento da cooperativa em estudo, apesar dos gargalos enfrentados na questão do envolvimento entre os sócios.

Palavras-chave: Capital Social, Cooperativismo, Produtores Rurais

Social Capital as a mechanism for improvement in the performance forms of Farmers Cooperatives

Abstract

Among the possible relationships that can be drawn when studying the social capital, emphasis is given to the feasibility that this holds in the process of formation and consolidation of cooperatives, contributing to the better performance of the different actors involved. Therefore, this article aims to determine how social capital contributes to better coordination among the social, economic and institutional participants in the Cooperative of Fruit of Natuba and Region - COOPAVAN, located in the municipality of Natuba - PB. Interviews were conducted semi-structured, using a model of social capital proposed by Uphoff (2000), which is divided into structural and cognitive. In parallel, analysis criteria were created based on the literature in order to facilitate the evaluation process. The findings showed how the capital has contributed to strengthening the cooperative study, despite the bottlenecks faced the question of involvement between the partners.

Keywords: Capital, Cooperatives, Farmers

Introdução

A discussão de um novo paradigma de desenvolvimento, em que o mesmo passa a ser visto além da perspectiva do crescimento econômico, ou seja, que abrange as demais esferas sociais, político-institucionais, demográficas, ambientais e culturais, tem promovido a indução de reflexões e, numa perspectiva de longo prazo, mudanças de comportamentos derivadas de uma conscientização individual por parte dos cidadãos e representantes públicos.

As críticas formuladas nos anos 90 acerca do processo de globalização, o qual não é considerado um fator-chave, mas contribui para a desigualdade do país, suscitou a busca de processos de renovação propiciando o surgimento de temas como a descentralização, a governança local, a participação, a emergência da sociedade civil e, mais recentemente, o capital social (MILANI, 2004).

Através de diversas noções, conceitos e abordagens, o capital social vem adquirindo maior embasamento, constituindo-se em um importante elo no processo de revitalização da democracia, fomentando a construção de uma identidade coletiva e, conseqüentemente, interferindo na maior compreensão e resolução dos dilemas atuais.

Dessa forma, fomentar o engajamento dos cidadãos, o apoio mútuo, a solidariedade e a confiança recíproca tem se apresentado como um dos dilemas encontrados na atual realidade brasileira, visto que ainda está arraigada nos indivíduos uma postura centralizadora, individualista e baseada em comportamentos oportunistas, o que contribui para manutenção permanente de um quadro de instabilidade.

Entre os diversos precursores, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Putnam (1993) no norte e sul da Itália, defendendo a corrente de que o capital social é oriundo de um enraizamento histórico cultural. Para este autor, os aspectos da organização social, tais quais redes, normas e laços de confiança que facilitam a coordenação e cooperação para obtenção de benefícios mútuos.

Vale ressaltar, que o capital social não é simplesmente um atributo cultural cujas raízes só podem ser fincadas ao longo de muitas gerações (DURSTON, 1999): ele pode ser criado, desde que haja organizações e/ou instituições suficientemente fortes para sinalizar aos indivíduos alternativas aos comportamentos políticos convencionais, na medida em que as dotações pré-existentes de capital social são recursos valiosos na construção de relações sinérgicas.

Mencionadas ambas as vertentes, este artigo segue a linha de que o capital social pode ser criado e induzido a partir de estímulos

externos, em especial, do fortalecimento das instituições que se fazem presentes e das políticas públicas locais, as quais emergem como agentes mobilizadores de uma melhor atuação entre a sociedade civil e o Governo.

Uphoff (2000) define o capital social como uma acumulação dos vários tipos de bens sociais, psicológicos, culturais, cognitivos e institucionais que aumentam a quantidade – ou possibilidade – de comportamento cooperativo mutuamente benéfico; ele emerge da capacidade humana de pensar e agir generosa e cooperativamente. Para o autor, o capital social deve ser analisado de duas formas, o *estrutural*, o qual se baseia na existência de estruturas sociais objetivas como associações, instituições, regras e procedimentos estabelecidos, e o *cognitivo*, que se refere a elementos intangíveis e subjetivos como atitudes, normas de comportamento, valores compartilhados, reciprocidade e confiança.

Entre as possíveis relações que podem ser estabelecidas quando se estuda capital social, é dada ênfase para a viabilização que este detém no processo de formação e consolidação de Cooperativas. Conforme afirma Moreira *et al* (2008), a existência do capital social pode ser considerada um fator essencial para o desenvolvimento das associações cooperativas, principalmente na região Nordeste, onde o capital físico é muito concentrado socialmente e o capital humano está em um processo de democratização.

Com certo pragmatismo econômico, a existência de cooperativas consiste em fomentar um sistema que ajude a dinamizar as capacidades sociais e produtivas das comunidades, buscando induzir um processo de desenvolvimento. Um dos aspectos fundamentais da inclusão social e produtiva têm sido o fortalecimento e utilização do capital social existente nas cooperativas rurais, buscando organização e iniciativas de produção no território, garantindo meios de convivência com problemas, bem como potencializando as capacidades de ação coletiva produtiva e de autogestão econômica e social (MOREIRA *et al.*, 2008).

Diante das questões norteadoras deste estudo, parte-se da premissa de que cooperativas que possuem um maior acúmulo de capital social, ou seja, dotadas de confiança, associativismo, solidariedade, cooperação, ação coletiva e reciprocidade tendem a fortalecer as relações entre os atores socioeconômicos e institucionais e, por conseguinte, contribuir com o desenvolvimento local e regional.

Neste sentido, este artigo tem o objetivo de verificar como o capital social contribui para melhor articulação entre os atores sociais,

econômicos e institucionais participantes da Cooperativa dos Fruticultores de Natuba e Região - COOPAVAN, localizada no município de Natuba – PB.

Como procedimentos metodológicos foram realizadas entrevistas do tipo semi-estruturada com os membros cooperados, a partir do modelo de capital social proposto por Uphoff (2000), o qual foi adaptado para realização deste estudo em específico. Tal adaptação consistiu em adequar o instrumento de pesquisa para análise em cooperativas.

No que concerne às dimensões do estudo, o capital social será analisado sob as formas estruturais e cognitivas. Para a dimensão estrutural serão delimitadas as seguintes variáveis: primárias – papéis, regras (tomada de decisões; participação; mobilização e gerenciamento de recursos; comunicação interna e externa; conflitos e resolução de conflitos) e relações sociais – e as secundárias – procedimentos e precedentes. Já para a dimensão cognitiva, as variáveis estudadas serão: confiança, cooperação, generosidade, solidariedade e reciprocidade (UPHOFF, 2000).

Além desta parte introdutória, o artigo encontra-se assim estruturado: em um primeiro momento estão explicitadas na fundamentação teórica às temáticas de Capital Social e Cooperativismo. Em seguida, são evidenciados os procedimentos metodológicos para coleta, tratamento e análise dos dados. Por fim, são esboçados os resultados e suas devidas análises, bem como as considerações finais.

Fundamentação Teórica

Capital Social

O capital social apresenta-se como um tema em ascensão nos diversos campos do conhecimento, sendo uma das alternativas promissoras para se alcançar um efetivo desenvolvimento. Entre seus principais precursores, tem-se destaque para os autores Robert Putnam, Pierre Bourdieu e James Coleman, que em meados de 80 se tornaram consagrados no tema em análise, atribuindo novos direcionamentos a partir de diversos estudos realizados.

Bourdieu (1980), que fez a primeira análise contemporânea sobre o conceito de capital social, definiu como sendo o agregador de recursos, reais ou potenciais, que possibilita o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições, ou seja, caracteriza-se pelo conjunto de relações sociais, em que os indivíduos extraem

recursos e vantagens, como um multiplicador das outras formas de capital (cultural, monetário e simbólico).

De maneira mais completa e sistemática, Coleman (1984) também se ocupou sobre o conceito, o qual ele acredita ser uma espécie de resposta à idéia que a sociedade é um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros e o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes.

Outro destaque é dado para os trabalhos desenvolvidos por Putnam (1996), que priorizou abordar a forte presença de uma cultura cívica na sociedade, descrevendo com detalhes os hábitos e costumes dos norte-americanos. Logo, o capital social pode ser compreendido como a capacidade que os grupos e organizações que formam a sociedade civil desenvolvem para trabalhar conjuntamente no alcance de objetivos comuns, proporcionando uma maior eficiência na produção coletiva de riqueza.

Enquanto Putnam ressalta a interpretação culturalista, demonstrando sua propensão a um determinismo cultural na identificação das fontes de ação coletiva, Evans (1995) dá primazia ao Estado como fonte principal da dinâmica social e elabora a noção de sinergia. A sinergia Estado-sociedade pode ser um catalisador para o desenvolvimento, onde as normas de cooperação e as redes de engajamento cívico entre cidadãos comuns podem ser produzidas por agências públicas e usadas para fins de desenvolvimento.

É válido salientar, que a sociedade convive atualmente com o descrédito nas instituições, as quais se encontram em sua maioria socialmente deficientes, o que justifica em parte a postura passiva dos cidadãos. Logo, é imprescindível que o governo atue em sintonia com as demandas da sociedade a fim de reverter tal cenário.

De acordo com Evans (1997), as instituições passam a ter um papel central na formação de capital social, através de uma sinergia na relação entre Estado e sociedade civil, bem como na implantação de programas de desenvolvimento social. Assim, é identificado nesta relação dois tipos de parceria que coexistem: uma baseada em ações de complementaridade por governos e cidadãos e a outra baseada em laços que atravessam a divisão do público-privado.

Chévez (2001) apresenta o capital social como um recurso que, em conjunto com outras condições favoráveis, oferece às comunidades a possibilidade de construir, baseadas em suas próprias potencialidades e capacidades, projetos sustentáveis de

desenvolvimento orientados a melhorar suas condições de vida. Na visão do autor, o capital social trata-se de um paradigma emergente que pretende ser uma espécie de teoria unificada, integrando conceitos de diversos campos como os da reciprocidade, de redes sociais, de desenvolvimento participativo e de governabilidade.

De modo paralelo a temática abordada sobre o capital social, verifica-se a necessidade em se avançar em seu processo de mensuração, no intuito maior de minimizar a subjetividade inerente ao mesmo, contribuindo para a intensificação de estudos práticos na área que mais se aproximem de uma determinada realidade.

Tipologia de Capital Social

No intuito de alinhar a teoria existente sobre o capital social com a prática, duas categorias inter-relacionadas deste fenômeno são propostas, a saber: a estrutural e a cognitiva (UPHOFF, 2000).

Inicialmente, o **capital social estrutural** está associado às diversas formas de organização social e de instituições locais, tanto formais quanto informais, que atuam como instrumentos para o desenvolvimento comunitário, como por exemplo, papéis, regras e procedimentos, assim como as redes de relações sociais que favorecem a cooperação, ou mais especificamente, o comportamento cooperativo. Os fatores que são analisados nessa categoria são: *organização social e ação coletiva*.

No que se refere à organização social, as *redes* são consideradas por muitos como fonte de capital social, pois este é essencialmente relações entre indivíduos e grupos e as redes são as representações dos padrões estabelecidos de comunicação e cooperação, que reduzem os custos transacionais e fazem a ação coletiva mais viável e lucrativa. As redes podem significar a interação cara a cara informal ou a filiação às associações cívicas ou clubes sociais.

Outro elemento que compreende a análise do capital social estrutural é a *ação coletiva*, empreendida não apenas para o bem de uma pessoa, mas porque além dela, outras também podem se beneficiar. A existência de relações sociais implica que as pessoas estão, até certo ponto, investidas umas nas outras, ou seja, elas não são indiferentes ao bem-estar do próximo, ao contrário, dão certo valor para isso. Segundo Ostrom (2004), a ação coletiva ocorre quando é preciso mais de um indivíduo para colaborar na tentativa de alcançar um resultado.

A ação coletiva compreende quatro atividades básicas de organização, segundo Uphoff (2000): *tomada de decisão; participação;*

mobilização de recursos; comunicação interna e externa e, problemas ambientais, conflitos e resolução. Essas quatro atividades são essenciais para a ação coletiva mutuamente vantajosa, reduzindo os custos transacionais e aumentando a probabilidade que esforços individuais e em conjunto sejam eficazes.

No que concerne ao **capital social cognitivo**, este é resultante de processos mentais reforçados pela cultura e ideologia de um grupo, mais especificamente, por normas sociais, valores, atitudes e crenças, que por sua vez, também contribuem para o comportamento cooperativo. Os fatores que são analisados nessa categoria de capital social são: *confiança; cooperação e; solidariedade e reciprocidade* (UPHOFF, 2000).

A *confiança* é o mais complexo dos elementos que constituem a noção cognitiva de capital social, pois, para alguns, capital social inclui confiança enquanto para outros, capital social é fonte de confiança. A confiança tem um papel importante para a prosperidade de uma nação, pois, segundo Putnam (1996), ela é a expectativa de reciprocidade que as pessoas de uma comunidade baseada em normas compartilhadas têm acerca do comportamento dos outros.

A *cooperação* também é um elemento do capital social cognitivo e refere-se à existência de laços de cooperação entre os membros, ao trabalharem em conjunto. Vale ressaltar, que o comportamento cooperativo não é um fenômeno isolado, estando relacionado aos aspectos da estrutura organizacional, bem como aos outros elementos cognitivos do capital social.

Outro elemento a ser considerado é a *reciprocidade*. Para Putnam (1996), a reciprocidade generalizada do tipo 'farei isso por você agora, sabendo que em algum momento você fará algo por mim' constitui uma norma que resolve problemas de ação coletiva, pois transforma indivíduos de agentes egocêntricos, com pouco senso de obrigação com os outros, em membros de uma comunidade com interesses compartilhados e um senso de bem comum.

Por fim, outro elemento observável do capital social cognitivo é a *solidariedade*, considerada a essência das relações sociais, é uma criação subjetiva, uma questão de escolha, e pode ser verificada independente do tamanho do grupo, se as pessoas se identificarem o bastante com o bem-estar do próximo. Sandefur e Laumann (2000) detectam o surgimento da solidariedade a partir de interações repetidas entre os mesmos atores por um tempo, durante o qual, se acumulam formas de capital social como confiança e obrigações compartilhadas.

Embora estas duas formas de capital social se reforcem mutuamente, uma pode existir sem a outra. Por um lado, tem-se que as organizações impostas pelo governo representam o capital social estrutural em que o elemento cognitivo não é necessariamente presente. Por outro, muitas relações de confiança mútua persistem sem ser formalizada em organizações. Esta descrição do capital social de acordo com suas formas revela-se bastante útil como uma base empírica para análise (GROOTAERT; VAN BASTELAER, 2002).

Sendo assim, é atribuída ênfase para o processo de desenvolvimento e a consolidação de cooperativas, na medida em que o capital social emerge como uma ferramenta estratégica que contribui diretamente para a melhor atuação entre os agentes participativos no âmbito de tal instituição, baseando-se nos princípios de cooperação, parceria e confiança, fundamentais em toda relação social estabelecida.

Cooperativismo

As cooperativas emergem como uma forma alternativa de viabilizar o processo de desenvolvimento de uma dada região e/ou município, a partir da adoção de mecanismos de cooperação entre os associados que se unem visando o alcance de objetivos comuns, formando assim uma estrutura baseada em rede. Seu principal objetivo é prestar serviço a seus cooperados, para tanto, faz-se necessário fomentar o engajamento e a participação de diversos atores sociais e institucionais envolvidos direta e indiretamente com o funcionamento de uma cooperativa.

O termo cooperativismo origina-se da palavra cooperação e é uma doutrina cultural e sócio-econômica que consagra os princípios fundamentais de liberdade humana, apoiada por um sistema de educação e participação permanente. São empresas constituídas a partir da vontade e necessidade de um grupo de pessoas autônomas em disponibilizar os seus produtos e serviços, de forma mais eficiente, para o mercado consumidor (OCEPAR, 2006).

Caracteriza-se como sendo uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns a seus integrantes, constituindo-se em uma empresa de propriedade coletiva, a ser democraticamente gerida pelos cooperados (SESCOOP, 2004).

Para Salanek Filho (2006), as cooperativas atuam em um espaço delimitado e formam uma rede estabelecida pela relação entre os

associados. A vinculação de um indivíduo em uma cooperativa torna-o um agente ativo e participante do processo de desenvolvimento local.

Rech (2000) menciona a definição da OIT - Organização Internacional do Trabalho – referindo-se a uma associação de pessoas que se unem voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrativa e controlada democraticamente, realizando contribuições eqüitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente.

Bialoskorski Neto (2002) ressalta ainda como um ponto de discussão o conceito de uma sociedade cooperativa, conforme delimitado abaixo:

“As cooperativas estão inseridas em um ambiente institucional diferentes das sociedades mercantis e apresentam duas lógicas motoras – a social e a lógica de mercado, enquanto as sociedades não-cooperativas apresentam apenas uma lógica de maximização em outro ambiente institucional. Por ser o mesmo ambiente econômico, é lógico esperar que os empreendimentos cooperativos tenham estratégias de mercado próximas às das empresas não-cooperativas, mas com particularidades” (BAILOSKORSKI NETO, 2002, p. 10).

Segundo Elorriaga (2005), as cooperativas estão baseadas nos valores de auto-ajuda, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e de solidariedade. Seguindo a tradição de seus fundadores, os sócios cooperados baseiam-se em valores éticos e de honestidade, transparência, responsabilidade e vocação social.

O poder construído pela associação e pela cooperação é um poder, em princípio, voltado para fora da organização, mas articulado de dentro. Essa articulação envolve a associação pela comunicação com a empresa. Sendo a cooperativa uma associação que organiza um instrumento de atuação, isto é, uma empresa, em função dos objetivos presentes nessa associação, ela também contém um poder que se exerce na interação dos associados entre si, destes em relação ao mercado, através da empresa-cooperativa e, conseqüentemente,

estabelece-se uma relação da empresa com seus associados (FRANTZ, 2008).

Para o perfeito funcionamento da cooperativa é condição *sine qua non* a sensibilização dos candidatos a cooperantes a fim de que os mesmos estejam psicologicamente preparados para enfrentar os problemas internos e externos e, principalmente, para não serem convencidos a ceder às tentações do capitalismo em que preza pelo individualismo e pela dominação. É essencial, que o treinamento seja focado nas características e princípios do cooperativismo.

É importante destacar, que o cooperativismo está arraigado em sete princípios mundiais que estão diretamente voltados à valorização e à promoção do próprio indivíduo na sociedade, conforme evidenciam Boesche (2005), Oliveira (2001) e Rech (2000):

- 1) **Adesão voluntária e livre:** cooperativas são organizações voluntárias, abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades, sem discriminação de gênero, social, racial, religiosa ou política. Ninguém é obrigado a entrar e nem impedido a se retirar;
- 2) **Gestão democrática:** é o ato pelo qual se orienta uma sociedade cooperativa com auxílio, cooperação e decisões de todos os associados;
- 3) **Participação econômica dos membros:** os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa;
- 4) **Autonomia e independência:** as cooperativas são organizações autônomas de auto-ajuda controladas por seus membros;
- 5) **Educação, formação e informação:** as cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários, assim eles podem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento;
- 6) **Intercooperação entre cooperativas:** as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais;
- 7) **Interesse pela comunidade:** as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento local e sustentável das comunidades onde atuam.

Tais princípios regem o cooperativismo e fundamentam a viabilidade da criação de cooperativas. Para Oliveira (2001), os sete

princípios devem ser incorporados pela gestão, ampliando-os em seus significados originais, para se contemplarem as questões de planejamento, organização, direção e avaliação das cooperativas.

No geral, esses princípios filosóficos que sustentam uma cooperativa encontram-se centrados em variáveis imprescindíveis ao processo e que se encontram intimamente inter-relacionadas, a saber: o humanismo, a solidariedade, a responsabilidade, a justiça social, a participação, a democracia e a liberdade.

Bialoskorski Neto (2002) menciona ainda que em regiões onde as cooperativas atuam há uma forte correlação positiva entre valor da produção, níveis de educação e menor desigualdade na posse da terra, portanto as cooperativas são organizações importantes, pois promovem tanto a distribuição de renda como também um estoque de capital social, principalmente na agricultura.

Diante de tais considerações, verifica-se a importância em se alinhar neste estudo as temáticas de capital social e cooperativismo, visto que a criação, articulação e consolidação das cooperativas podem sofrer interferência advinda do comportamento e atuação dos associados e da forma como estes se relacionam entre si. No tópico seguinte, é ressaltado o percurso metodológico que permitiu suporte para realização desta pesquisa, bem como a exposição sistemática do modelo de mensuração do capital social proposto por Uphoff (2000).

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa se caracteriza como sendo exploratório-descritiva e conduzida sob a forma de estudo de caso, a qual procurou identificar a existência do capital social em instituições, a partir do instrumento de pesquisa proposto por Uphoff (2000). Tal instrumento consta de um roteiro de questões objetivas que visam analisar o capital social sob a forma estrutural e cognitiva, as quais foram adaptadas no intuito de atender ao contexto da pesquisa.

Foram incorporados ao modelo parâmetros previamente definidos pelos autores com base na literatura disponível sobre o tema, onde a maior intensidade das dimensões analisadas viabiliza a existência do capital social, caracterizando-se como uma relação de causa e efeito.

A seguir, encontra-se delimitado o conjunto de dimensões e parâmetros utilizados para análise do capital social sob uma perspectiva estrutural e cognitiva, os quais serviram de base para realização deste estudo.

Quadro 1: Tipologia de Capital Social e Definição dos Critérios de Análise

TIPOLOGIA DE CAPITAL SOCIAL		
FORMAS	DIMENSÕES	CRITÉRIOS DE ANÁLISE
Capital Social Estrutural	Redes Sociais	Quanto maior o estabelecimento de relações e vínculos informais (amigos e familiares) e formais (filiação a associações cívicas), maior a possibilidade em existir capital social.
	Ação Coletiva	
	Tomada de Decisões	Quanto mais participativo e democrático for o processo de tomada de decisão, maior a possibilidade em existir capital social.
	Participação	Quanto mais participativa a atuação dos cooperados, maior a possibilidade em existir capital social.
	Mobilização e Gerenciamento de Recursos	Quanto maior a eficiência no processo de busca, utilização e acompanhamento dos recursos obtidos, maior a possibilidade em existir capital social.
	Comunicação interna e externa	Quanto maior o conhecimento e a divulgação das informações interna e externamente à instituição, maior a possibilidade em existir capital social.
	Problemas Ambientais, Conflitos e Resolução de conflitos	Quanto maior a capacidade dos agentes institucionais em resolver e solucionar os problemas internos, maior a possibilidade em existir capital social.
Capital Social Cognitivo	Confiança	Quanto maior a confiança entre os participantes e parceiros da instituição, maior a possibilidade em existir capital social.
	Cooperação	Quanto mais presentes forem às práticas de cooperação entre Estado, sociedade civil e instituições de apoio, maior será a possibilidade em existir capital social.
	Solidariedade e Reciprocidade	Quanto maior a prática de ações solidárias e recíproca entre os participantes e parceiros institucionais, maior será a possibilidade em existir capital social.

Fonte: Elaboração e adaptação dos autores com base em Uphoff (2000).

Quanto ao tratamento e análise dos dados, estes ocorreram de forma qualitativa (a partir de uma análise acerca das dimensões do

capital social proposta por Uphoff, delimitadas no Quadro 01), sendo obtidos por meio da triangulação dos dados, que se refere à correlação entre os dados primários, secundários e a observação não-participante.

No que concerne aos dados primários, estes se deram por meio de entrevistas semi-estruturadas, baseada em um instrumento de pesquisa aplicado junto a um grupo membros pertencentes a Cooperativa dos Fruticultores de Natuba e Região – COOPAVAN, localizada no município de Natuba – PB. A amostragem caracterizou-se por ser do tipo não probabilística por acessibilidade, onde foram entrevistados 18 associados de um total de 30 devidamente atuantes.

Paralelamente, foi utilizada uma base de dados secundária, mas precisamente, o Diagnóstico Socioeconômico e Agrônômico das Atividades de Uva e Banana de Natuba – PB (2007), visando incorporar informações acerca dos diversos aspectos enfatizados neste estudo. Tais dados serviram de subsídio para uma análise mais completa da cooperativa. Por último, foram feitas inferências com base na observação não participante, através das visitas técnicas e de reconhecimento.

A partir do exposto, são enfatizados no tópico seguinte os principais resultados obtidos quanto à análise capital social na cooperativa COOPAVAN.

Análise dos Resultados

Este tópico aborda em um primeiro momento a identificação dos cooperados em termos gerais, com destaque para ano de inserção e atuação, profissão exercida, existência de cursos profissionalizantes, cargos ocupados, disponibilidade de meios de comunicação (telefones) noções de cooperativismo, bem como realização de atividades em benefício da cooperativa. Posteriormente, é dada ênfase para as duas vertentes do capital social proposta por Uphoff (2000), quais sejam, estrutural e cognitivo.

Perfil dos Entrevistados

Neste item, são elencadas variáveis pertinentes que relatam resumidamente o perfil dos membros da cooperativa em estudo, a fim de que se tenha um conhecimento prévio. Neste sentido, é dada ênfase para os seguintes pontos: Gênero (feminino e masculino); Principal meio comunicação; Participação em Cursos profissionalizantes; Função exercida fora da cooperativa; Ocupação de cargo na diretoria e; por fim, o Ano de ingresso (2006/2007), conforme descrito a seguir.

Tabela 1: Perfil dos Entrevistados

Variáveis	Quant. Cooperados	%
Gênero (Mulheres)	10	55,5
Gênero (Homens)	8	44,4
Principal meio comunicação (Celular)	11	61,1
Participação em Cursos profissionalizantes	2	11,2
Função exercida fora da cooperativa	5	27,8
Ocupação de cargo na diretoria	7	38,9
Ano de ingresso (2006)	5	27,8
Ano de ingresso (2007)	13	72,2

Fonte: Dados da Pesquisa (2010)

Do total de entrevistados, verificou-se um percentual de 55,5% de mulheres que atuam na cooperativa em estudo, sendo a minoria representada por homens (35,5%). Em relação aos meios de comunicação utilizados, constatou-se que quase todos dispõem de aparelho celular (61,1%), o que é analisado positivamente visto que os cooperados residem em sua maioria no meio rural e tal disponibilidade viabiliza o intercâmbio e a rapidez de informações entre eles.

Quando questionados sobre a existência de cursos profissionalizantes, um percentual de apenas 11,2% confirmou possuir, sendo os cursos citados, o de computação e de contabilidade. É importante ressaltar, a baixa qualificação destes cooperados, para tanto, visando suprir tal limitação, muitos deles já participaram de cursos técnicos de capacitação voltados para o cooperativismo.

No que se refere à função exercida fora da cooperativa (além de agricultor), uma minoria de 27,8% afirmou atuar em outras atividades paralelamente, sendo as principais: pedreiro, professora, auxiliar de saúde, vigilante da prefeitura, comerciante e diretora de escola. Os demais, representados por 72,2%, só se destinam a atividade agrícola, sendo essa a sua única renda.

Entre os entrevistados, verificou-se que a maioria (61,1%) não ocupa cargos na diretoria da cooperativa, sendo vinculados apenas como membros associados, enquanto que 38,9% exercem funções específicas tais como: presidente da cooperativa, representante do conselho fiscal, diretor administrativo, diretor comercial e suplente.

Em relação ao ingresso na cooperativa, foi perceptível que alguns entraram desde o início de sua criação (27,8%), mas precisamente, no ano de 2006, e uma maioria de 72,2% ingressou apenas no segundo ano. Vale destacar, que para ingressar na cooperativa fez-se necessário a participação em cursos de cooperativismo locais e de capacitação ministrados por consultores da instituição Unisol Brasil.

Conforme afirma Souza et al (2010), esta etapa foi iniciada em 2006 com a realização de um seminário denominado “Seminário de Integração dos Produtores de Uva e Banana de Natuba”, o qual contou com a participação dos produtores (cerca de 130), lideranças políticas e comunitárias, além de representantes de várias instituições como Prefeitura, Emater – PB, Câmara de Vereadores, Sindicatos, Unisol Brasil, SEBRAE, BNB, Del Nature (empresa de exportação de frutas de Petrolina – PE) e Cooperativa dos Produtores de Citros de Matinhas – Coopertange.

A partir do exposto, tem-se no sub-tópico seguinte uma análise detalhada sobre a COOPAVAN, a partir das diferentes formas de capital social proposta por UPHOFF (2000), quais seja, capital social estrutural e cognitivo.

Principais Resultados

Capital Social Estrutural

Redes Sociais

O item referente a Redes Sociais diz respeito às relações formais e informais que são mantidas no âmbito da cooperativa junto aos parceiros e as instituições de apoio, onde estas devem ter relações fortes e que efetivamente resultem em benefícios para todos os envolvidos. De acordo com a pesquisa realizada, constatou-se a presença de uma pequena rede de relacionamentos entre os membros que se encontram diretamente envolvidos com a cooperativa, quais sejam, os sócios e as instituições, com ênfase para representante do Estado (Emater - PB), organização de créditos ou finanças (Banco do Nordeste). Além desta rede formal (com as instituições), foi perceptível as comunicações informais entre os produtores que de alguma forma vem aproximando os mesmos para o alcance de objetivos comuns.

Quando questionados sobre a presença de intermediários, os entrevistados foram enfáticos em afirmar a grande importância que estes tiveram para a sua inserção na cooperativa. Entre os principais

intermediários destacam-se as instituições parceiras anteriormente citadas e pelos próprios membros da cooperativa que se engajaram no ano de sua formação (2005), mobilizando os demais produtores para ingressarem e, por conseguinte, fortalecer toda a rede.

A partir de abril de 2006 houve o ingresso de novos parceiros os quais foram sendo contactados em decorrência da demanda de atividades da cooperativa e de sua organização interna, entre eles, Sebrae, Unisol Brasil, Universidades Federais (UFPB e UFCG) e o grupo de mulheres e jovens engajadas no projeto banana passa. Tal fato é visualizado como positivo, visto que facilita a expansão da cooperativa, beneficiando a comunidade rural e o município como um todo.

Ação Coletiva

O item ação coletiva é analisado sob as seguintes variáveis: tomada de decisões, participação, mobilização e gerenciamento de recursos, comunicação interna e externa e, problemas ambientais, conflitos e resolução, os quais sejam detalhadamente explicitados.

– Tomada de Decisões

Quanto ao processo de tomada de decisão, a uma convergência entre os entrevistados de que o mesmo ocorre por votação após articulação entre os sócios, sendo a visão da maioria dos cooperados. Já para minoria, ocorre por votação após consenso entre os sócios, o que seria uma forma mais justa de decisão. Na realidade, poucos são os que afirmam que as decisões são tomadas sem uma discussão prévia, seguido dos que desconhecem a forma como estas ocorrem. Todavia, a maioria dos sócios encontra-se satisfeitos pelo modo como o processo decisório vem ocorrendo.

No geral, verifica-se que as instituições de fomento têm influenciado nas decisões da cooperativa, dado o poder que as mesmas detêm junto ao fortalecimento e permanência de sua existência. Na percepção dos entrevistados isso se deve a elevada articulação que ocorre com os parceiros institucionais e a contribuição destas para o crescimento da cooperativa.

Há um reconhecimento de que a construção da agroindústria e a aquisição de equipamentos (câmara fria, caminhão frigorífico) foram às decisões mais importantes tomadas nos últimos anos, uma vez que viabilizará a atuação dos produtores por meio do fomento a produção e comercialização da uva e da banana, local e regionalmente.

Um ponto importante a ser destacado refere-se à escolha dos cursos de capacitação que estarão sendo realizados a partir da conclusão da reforma da agroindústria, onde os cooperados podem estar emitindo suas opiniões sobre quais cursos seriam mais pertinentes para serem realizados e, assim, chegarem a um consenso em reunião ocorrida. A ideia é priorizar os que estão mais relacionados com as necessidades atuais, capacitando-os devidamente para a atuação no mercado.

– *Participação*

No que se refere à participação dos membros na COOPAVAN, verificou-se que a mesma encontra-se em um estágio de baixa intensidade, em virtude de um baixo envolvimento dos cooperados nas atividades desenvolvidas no âmbito interno da cooperativa. Logo, torna-se prudente uma maior articulação entre os mesmos no sentido de promover novas ideias e discussões gerais.

Na verdade, a participação se dá em sua maioria quando as instituições de apoio promovem tais encontros para discutir assuntos de interesses dos cooperados e, assim, encaminham um comunicado solicitando a presença destes. Caso não haja esse ponto de partida por parte das instituições como Emater, Banco do Nordeste, Sebrae, entre outras, verifica-se um comportamento bastante disperso e que prejudica um efetivo direcionamento para atitudes participativas.

De um modo geral, alguns pontos podem ser destacados: a maioria dos entrevistados sempre participa das reuniões em que são convocados, para tanto, poucos são os que se posicionam nesta oportunidade no intuito de apresentar propostas para novas ações, sendo uma atuação bastante passiva frente ao que está sendo discutido e que é de interesse dos próprios cooperados.

Uma grande parcela dos entrevistados participa de grupos de trabalho internamente, e algumas vezes das missões empresariais de intercâmbio que visam disseminar o que está sendo desenvolvido e implementado no âmbito da cooperativa, por meio de eventos e feiras regionais e nacionais.

Nas reuniões, verifica-se que alguns cooperados moderam os conflitos que emergem entre os membros, a fim de que possa estar sendo dada continuidade as atividades pré-estabelecidas e que constam na pauta. A maioria encontra-se atento para necessidade contínua em se promover parcerias institucionais, o que é de suma importância para a existência da cooperativa em análise.

Outro quesito relevante diz respeito ao levantamento de recursos financeiros e materiais para que não haja a paralisação das atividades da cooperativa, onde se percebe uma predisposição dos produtores em contribuir com recursos próprios quando se fizer necessário.

– *Mobilização e Gerenciamento de Recursos*

No que concerne a mobilização e gerenciamento de recursos, alguns pontos podem ser ressaltados. Inicialmente, pode-se perceber que a cooperativa tem selecionado os projetos que servem de base para o alcance de recursos por meio das prioridades definidas internamente, ou seja, a partir de um conhecimento próprio de suas reais necessidades e com a ajuda das instituições são delimitadas as ações para a viabilização de projetos.

Na opinião dos entrevistados a forma pela qual a cooperativa vem acompanhando a utilização dos recursos é boa, não havendo maiores dúvidas quanto à atuação dos cooperados responsáveis pelo exercício de tal função. Logo, avaliam que os recursos recebidos são no geral bem aplicados, para tanto, insuficientes.

– *Comunicação interna e externa*

De acordo com a pesquisa realizada, a comunicação entre os associados classifica-se como sendo boa, onde as informações necessárias são divulgadas aos mesmos. Pode-se verificar que grande parte dos entrevistados encontra-se devidamente informados sobre os programas, ações e atividades realizadas pelas instituições em parceria com a cooperativa, além dos demais assuntos que surgem nas reuniões. Torna-se prudente, para tanto, que os demais que afirmam desconhecer tais ações possam está reavaliando sua atuação e, assim, buscar formas alternativas de maior entrosamento acerca dos assuntos de seus interesses.

Os entrevistados reconhecem que os avisos sobre as reuniões se dão com antecedência (entre uma semana e quinze dias), a fim de que não haja motivos para que os associados não participem. Além disto, nesta oportunidade é repassada a pauta da reunião, bem como as atividades que irão ocorrer.

Os meios de comunicação frequentemente utilizados para a divulgação de atividades ao ambiente externo ocorrem em sua maioria de modo informal, ou seja, de produtor para produtor e destes para a

sociedade como um todo. Paralelamente, verificou-se a utilização da televisão em pequena intensidade, onde são realizadas reportagens enfocando a potencialidade da atividade de fruticultura e banana na região de Natuba – PB.

– *Problemas Ambientais, Conflitos e Resolução*

Ao analisar os Problemas Ambientais, Conflitos e Resolução, pôde-se constatar a presença de dimensões externas que podem interferir em maior e/ou menor escala no funcionamento da cooperativa, sendo por ordem de importância o uso de agrotóxico, o desmatamento e degradação dos mananciais e a escassez de água. Cientes de tais entraves, a ideia é conduzir os esforços para que os mesmos não prejudiquem diretamente a produção e comercialização dos produtos (uva e banana).

No que concerne a resolução de conflitos foi verificada diferenças de opinião no processo decisório entre os próprios cooperados, resultando em problemas internos que precisam ser solucionados em curto prazo, a fim de não comprometer o andamento das atividades. É válido salientar, que tais desentendimentos não têm comprometido os objetivos gerais da cooperativa, pois normalmente é chegado a um consenso por meio de votação após uma negociação entre as partes envolvidas. O modo como tais diferenças são resolvidas tem de um modo geral ocasionado em satisfação para os sócios, o que é analisado positivamente.

No que se refere a principal dificuldade envolvida no funcionamento da cooperativa analisada, foi elencado a falta de recursos financeiros, o que não é surpreendente, visto que esse é um gargalo enfrentado pela maioria das cooperativas localizadas no Nordeste. No intuito de suprir tal limitação, tem sido elaborados projetos junto aos órgãos de pesquisa e com o apoio das instituições para que sejam solicitados recursos que visam potencializar a atividade local.

Por último, foi solicitado que os entrevistados evidenciassem quais os assuntos mais discutidos na cooperativa em estudo entre os anos de 2006 a 2009. Os resultados obtidos confirmaram em um primeiro momento a capacitação e discussão dos problemas de produção e comercialização, em virtude da ausência até então de um espaço físico destinado exclusivamente para dá suporte a tal atividade e; em um segundo momento o funcionamento e a organização interna da COOPAVAN, na medida em que se tem uma relativa dificuldade em

decorrência da falta de uma infra-estrutura adequada. Vale salientar, que esses problemas tendem a ser minimizados devido a recente construção da agroindústria, a qual irá concentrar tais produtores para o exercício de suas funções.

Capital Social Cognitivo

Confiança

Em relação ao nível de confiança entre os membros da cooperativa nos últimos anos, verificou-se que de acordo com as respostas obtidas pelos entrevistados a confiança diminuiu e/ou permaneceu a mesma. Uma pequena parcela acredita ter ocorrido uma melhoria neste índice. Logo, constatou-se que é necessário elevar o nível de confiança entre os membros da cooperativa para que possam continuar suas atividades com êxito e reciprocidade mútua, e com isso atingir um nível desejável de satisfação coletiva.

Em virtude da baixa confiança, foi verificada pouca interação entre as pessoas que compõem a cooperativa. Por isso, é visível que nem todos assumem os compromissos firmados em reuniões, inviabilizando o alcance de maiores níveis de compromisso e interação entre os cooperados em relação ao desempenho das atividades.

Quanto à suposição de pacto entre membros quaisquer da cooperativa e os entrevistados, no tocante a sua posição sobre determinado assunto, a maioria respondeu que manteria a palavra sobre o que foi pactuado, sendo poucos os que mudariam de opinião.

Com relação à confiança no desempenho institucional, sabe-se que a mesma se faz importante para o funcionamento das cooperativas, nesse sentido, questionou-se em que medida os cooperados confiam no comportamento das instituições parceiras da COOPAVAN. Entre as alternativas que foram disponibilizadas para avaliação, estão: Prefeitura, Emater, Bancos, Unisol Brasil, Ministério da Agricultura, Universidades Federais, Sindicatos Rurais, Entidades Empresariais e Organização da Sociedade Civil. Conseqüentemente, as respostas tinham as opções: nunca, às vezes, sempre e não sabe.

Em relação à **Prefeitura**, verificou-se de acordo com as respostas dos cooperados que esta instituição apresenta um baixo nível de confiança, onde não são presenciadas maiores parcerias em conjunto.

A **Emater**, em contrapartida, obteve uma maior confiabilidade por parte dos cooperados, sendo a instituição que mais se destacou quanto à credibilidade e parceria firmada.

Em segundo lugar vem as parcerias com os **Bancos**, com ênfase para o Banco do Nordeste, que tem uma atuação direta e permanente com os cooperados e que pôde ser refletido pelo elevado nível de confiança.

Já com a instituição **SEBRAE**, o nível de confiança também apresentou-se relevante, uma vez que tal instituição teve um período inicial de participação e atuação mais efetivo junto à cooperativa, estabelecendo uma boa parceria.

Com a instituição **Unisol**, a maioria respondeu que existe um bom nível de confiança. A mesma se faz presente, principalmente, nos períodos de capacitação, onde os representantes/consultores participam dos diversos treinamentos, visando o aperfeiçoamento contínuo das atividades.

Na sequência das respostas em relação à confiança no desempenho institucional vem o **Ministério da Agricultura**, que na opinião dos cooperados é considerada baixa, em virtude da pouca integração com os produtores.

As **Universidades Federais** emerge com um nível razoável de confiança, visto que após o período de formação houve um engajamento temporário da UFPB e da UFCG no projeto em andamento (Projeto Banana Passa).

Quanto aos **Sindicatos Rurais**, a maioria dos cooperados respondeu que nunca confiam, o que é um ponto crítico visto que deveria ser um parceiro efetivo da cooperativa em análise. Com relação às **Entidades Empresariais** o nível de confiança também emerge como sendo muito baixo; seguido da **Sociedade Civil**, em que a maioria dos respondentes consideram que nunca confiam.

Diante de tais considerações, percebeu-se que as instituições parceiras da COOPAVAN que apresentaram um elevado nível de confiança foram apenas a **Emater** em primeiro lugar, e em segundo os **Bancos** (BNB), sendo as demais enquadradas em um baixo nível de confiança.

Cooperação

Neste item, verificou-se que com relação às práticas de cooperação e parcerias com outras instituições de apoio e demais parceiros existentes, os cooperados reconhecem a importância em se manter vínculos estreitos de relacionamento.

Outra questão foi referente ao interesse dos sócios em beneficiarem os demais projetos comuns que possam está sendo realizados paralelamente, sem que haja uma participação direta nos

mesmos. Pelo que foi visualizado, a maioria acredita que não haveria tal empenho, o que ocasiona em uma postura individualista por parte dos cooperados.

Referente ao sucesso de um projeto da cooperativa, em que a ação conjunta entre Estado, Sociedade Civil e Prefeitura fosse fundamental, a maioria dos entrevistados responderam que o projeto seria realizado, visto que haveria uma cooperação entre tais segmentos. Enquanto que, uma minoria respondeu que o projeto não se viabilizaria por falta de cooperação entre os segmentos.

Solidariedade e Reciprocidade

As variáveis solidariedade e reciprocidade foram avaliadas sob alguns pontos pertinentes. Inicialmente, quando questionados sobre manter os compromissos assumidos, os entrevistados evidenciaram em sua maioria que esta afirmativa nem sempre se faz presente na realidade do contexto em que se encontram inseridos.

Paralelamente, pôde-se verificar que grande parte dos associados respeita e dá a devida atenção às opiniões dos demais membros da cooperativa, o que é prudente visto a necessidade em saber conviver e trabalhar em equipe.

Em relação à afirmativa de que a maioria das pessoas da cooperativa estaria disposta a ajudar caso alguém necessite, constatou-se que os participantes têm uma cultura de ajudar o próximo em ocasiões que não necessariamente estejam vinculados aos assuntos de interesse da cooperativa, para tanto, ainda precisa ser melhor trabalhada entre os sócios.

Verificou-se ainda que uma grande parcela dos entrevistados afirmou assumir sacrifícios pessoais em prol do interesse coletivo, resultando assim em uma avaliação positiva para a dimensão analisada. De forma paradoxal, tornou-se perceptível que os associados não estão muito preocupados com o avanço da cooperativa como um todo, reafirmando uma dependência muito forte das instituições locais para o fortalecimento e existência da mesma.

Considerações Finais

Este estudo objetivou verificar como o capital social contribui para melhor articulação entre os atores sociais, econômicos e institucionais participantes da Cooperativa dos Fruticultores de Natuba e Região - COOPAVAN, localizada no município de Natuba – PB.

Os resultados evidenciaram, através da análise das dimensões que compõem o modelo, numa perspectiva estrutural e cognitiva, o quanto o capital social vem contribuindo com o fortalecimento e a existência da cooperativa em estudo, apesar dos gargalos enfrentados na questão de funcionamento, organização e envolvimento dos sócios.

No que concerne ao capital social cognitivo, o ponto forte que deve ser resgatado são as instituições de fomento presentes. Em uma análise quantitativa, o número de instituições envolvidas diretamente com o processo de formação e consolidação da cooperativa é relativamente pequeno, dado que se destacaram apenas a Emater e o Banco do Nordeste. Para tanto, estas vem atuando permanentemente no sentido de contribuir com o desenvolvimento coletivo de todos os participantes e, por conseguinte, com a região. As demais se fazem presentes esporadicamente, resultando assim em baixos níveis de confiança, o que compromete em parte a presença do capital social.

Quanto ao capital social estrutural, vislumbrou-se a necessidade em se fomentar as dimensões referentes às *redes sociais* que vem sendo estabelecidas junto aos diversos membros da sociedade e as instituições, bem como a *participação* dos associados no sentido de melhor se engajarem e incentivar o espírito cooperativo e participativo entre todos os membros.

Neste sentido, são sugeridas formas alternativas de atuação por parte dos cooperados, que intensifiquem os relacionamentos tanto formais quanto informais e, sobretudo, um maior comprometimento individual para que as ações em desenvolvimento possam ser mais exitosas, na medida em que têm um apoio considerável de instituições fundamentais neste processo.

A partir destas considerações, a contribuição maior deste artigo reside na discussão sobre os caminhos mais promissores para melhor articular os diversos elos envolvidos direta e indiretamente com a COOPAVAN, tendo como foco o conceito de capital social. Como sugestão para novos trabalhos, é ressaltada a importância em se aplicar este mesmo modelo em diferentes cooperativas e/ou demais instituições, a fim de que se tenha uma visão de como as mesmas se comportam em contextos diferenciados, bem como a realização de estudos comparativos.

Referências

ADLER, Paul S.; KWON, Seok-Woo. *Social Capital: The Good, the Bad, and the Ugly*. In: LESSER, Eric L. **Knowledge and Social Capital Foundations and Applications**. Butterworth Heinemann, 2000.

BIALOSKORSKI NETO, S. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. In: **Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios da UFV**. Viçosa, 2002.

BOESCHE Leonardo. **Fidelidade cooperativa: uma abordagem prática**. Curitiba: SESCOOP/PR, 2005. 96p.

BOURDIEU, P. **Le capital social: notes provisoires**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. n.31, p. 2-3, 1980.

CHÉVEZ, M. L. Z. Capital Social e desenvolvimento local: alguns apontamentos teóricos. In: Congresso Brasileiro de Administração Rural, 4, 2001. **Anais eletrônicos...** Goiânia: ABAR, 2001. Disponível em <http://www.dae.ufla.br/Biblioteca/4CongABAR>. Acesso em: 18 ago. 2003.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: The Belknap press of Harvard University Press, 1984.

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitário. In: **Revista de La CEPAL**, n.69. Dezembro, 1999.

EVANS, P. *Government Action, Social Capital and Development: reviewing the evidence on synergy*". In: *State-Society Synergy: Government and Social Capital in Development*. Evans, P. (Ed.). Number 94. Berkeley: University of California at Berkeley. 1997.

GROOTAERT, C.; VAN BASTELAER, T. (eds.) **The Role of Social Capital in Development: An Empirical Assessment** New York: Cambridge University Press, 2002.

MILANI, C. R. S. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 11, n. edição esp, p. 95-113, 2004.

MOREIRA, J. C. P. et al. Capital Social como fator de sustentabilidade das Cooperativas Agroindustriais: estudo de caso. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Banco do Nordeste. Fortaleza – CE, 20 a 23 de Julho de 2008.

OCEPAR. Disponível em: <www.ocepar.org.br>. Acesso em: 12 jan. 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001. 318 p.

OSTROM, E. *Constituting Social Capital and Collective Action*. Journal of Theoretical Politics, n.6, p.527-562, 1994.

PUTNAM, R. D. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy**. Princeton, NJ, Princeton University Press, 1993.

_____. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000. 190p.

SANDEFUR, Rebecca L.; LAUMANN, Edward O. *A Paradigm for social capital*. In:

LESSER, Eric L. **Knowledge and Social Capital Foundations and Applications**. Butterworth Heinemann, 2000.

UPHOFF, Norman. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. **Social Capital. A multifaceted perspective**. Washington, The International Bank for Reconstruction and Development/The WORLD BANK, 2000. p. 215-253.